



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ACTA N.º 03/2011

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 08 DE JULHO DE 2011

INICIADA ÀS 14 HORAS E 35 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 18 HORAS E 55 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL.
- ABERTURA.....	02
- ANTES DA ORDEM DO DIA	05
- ORDEM DO DIA.....	07
- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.....	12
- ENCERRAMENTO.....	12

ACTA N.º 03/ 2011

ABERTURA

Aos oito do mês de Julho de dois mil e onze, nas instalações da Assembleia Municipal sitas na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Ex.mo Senhor **Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;

2.2 - Proposta do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo – 3.ª Fase;

2.3 - Teatro Cine - Contrato Promessa de Compra e Venda;

2.4 - Consolidação das Contas do Município – 2010;

2.5 - Sociedade Termal de Unhais da Serra - Isenção de Derrama.

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respectivamente Senhores Victor Manuel Garcia Rebordão e Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: Dr. Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira, Dr. Luís Miguel Fonseca do Nascimento, Dr. Artur dos Santos Aleixo, Dr. Carlos Manuel Casteleiro Alves, Dra. Maria do Rosário Figueiredo Gomes de Brito, Prof. Joaquim António Matias, Dra. Glória Maria da Conceição Fernandes Louro Ramos, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Eng.º Victor Manuel Abrantes Marques, Dr. Manuel Augusto Lousa Nicolau, Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro, Dra. Ana Maria Puebla Simões, Pedro Nuno Cunha Leitão, Eng.º Francisco António de Matos Soares, Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Dr. Carlos Alberto Gil Ferreira, Dra. Sara Cristina de Andrade Rodrigues dos Santos, José Manuel dos Santos Santarém, Eng.º José Miguel Ribeiro de Oliveira, Dr. David José Carriço Raposo da Silva, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dra. Maria Filomena Palma Cordeiro Pires Figueiredo Gomes, António Manuel Fernandes Pinto, Mário José Monteiro dos Santos Carriço, Isilda da Silva Barata, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dra. Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Francisco Manuel Rodrigues Moreira, Paulo Jorge Fonseca Quelhas, Dra. Merícia Maria Andrade dos Passos, Dr. Jorge Humberto Alves Saraiva, Dra. Rosália Isabel Duarte Rodrigues e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: José Luís Antunes Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), João Luís Martins Gomes (Aldeia de Souto), Jerónimo Carvalho Barata (Barco), Prof. José Joaquim Pinto de Almeida (Boidobra) José Manuel Escodenga Nunes (Canhoso), José Martins Carrola (Cantar – Galo), António Geraldês Ramos (Casegas), António Paulo Pereira Ranito (Conceição), Paulo Jorge Alves Rodrigues (Cortes do Meio), Carlos Francisco (Coutada), José Duarte Minhoto (Dominguico), Enf. Paulo Jorge Canaveira Alves Tourais (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), José Rito Agostinho (Ourondo), Leonor Cristina Adriano Lopes Cipriano (Paul), José do Nascimento Curto Costa (Peraboa), Fernando José Gonçalves Casteleira (Peso), António Manuel Garcia Rebordão (Santa Maria), Fausto Herculano Branco Baptista (S. Jorge da Beira), Dr. Victor Manuel Tomás Ferreira (São Martinho), Victor Manuel Garcia Rebordão (São Pedro), José Rafael Lourenço Ferreira (Sarzedo), Dr. Jorge Manuel Cruz Ramos Silva (Sobral de S. Miguel), José Augusto Santarém Marcos (Teixoso), Prof. Doutor Mário Lino Barata Raposo (Tortosendo), Prof. Doutor António João dos Reis Rodrigues (Unhais da Serra), Arménio Marques Matias (Vale Formoso), João Casteleira Ferreira (Vales do Rio), Armindo Fonseca Geraldês Rosa (Verdelhos) e Dr. João Paulo Gomes Batista Lopes (Vila do Carvalho). -----

Não compareceu o Excelentíssimo **Senhor Enf. António Mendes Paulo (Erada)**. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **iniciados os trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA

--- Estiveram presentes: o Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores: Dr. Victor Manuel Pinheiro Pereira, Rui Paulo da Silva Rosa, Dr. Pedro Miguel Abreu da Silva, Dr. Pedro Miguel dos Santos Farromba e a funcionária que apoia a Assembleia Municipal, Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola.

ORDEM DE TRABALHOS

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 59 votos a favor e 3 votos contra (PCP)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “Nós votámos contra a Ordem de Trabalhos, porque a Ordem de Trabalhos não está organizada...digamos que a Convocatória em si não corresponde nem respeita aquilo que se encontra definido no Regimento desta Assembleia. O Regimento desta Assembleia define que a Ordem de Trabalhos tem três períodos: O Período Antes da Ordem do Dia; O Período da Ordem do Dia e o Período da Intervenção do Público. É aquilo que está no Regimento. Penso que já é tempo de cumprirmos aquilo que, de facto, se encontra Regimentado”. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal: “Acho que a esse propósito já tivemos aqui uma discussão e acho que ficou esclarecido”. -----

--- O Senhor Moreira disse: “Não constando da Ordem de Trabalhos, o Período destinado ao Público, é do conhecimento geral que a Lei e o Regimento prevêem isso. É um preciosismo!” -----

EXPEDIENTE

- Ofício da Assembleia de Freguesia de São Martinho a remeter uma Moção, onde exige ser ouvida, sobre qualquer proposta que vise a intenção de junção das quatro Freguesias Urbanas;
- Ofício do STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local a remeter uma Petição “Não à redução do número de autarquias e de trabalhadores”;

- Ofício 3704 (308) da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais a remeter a Ficha de Apresentação e o Boletim de Inscrição para o XXXI Colóquio.

**APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ACTA
N.º 02/2011 DE 13 DE MAIO DE 2011**

--- Submetida a acta, previamente enviada por fotocópia a todos os Membros convocados, à apreciação, foi interveniente o Senhor Prof. Reis Silva e disse: “da leitura da acta e, depois confirmei que, em actas anteriores também se encontra registado que a Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. Ora, na última reunião eu não estive mas tive oportunidade de falar com os meus colegas de Bancada e eles não se lembram de ter existido qualquer votação sobre a Ordem de Trabalhos. Hoje houve.

--- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou: “a Ordem de Trabalhos sempre que há algum interveniente, sobre a mesma, ela é votada. Caso contrário é dada como adquirida a sua aprovação”. -----

- Colocada a Acta à votação, foi a mesma **aprovada por maioria, com 56 votos a favor (PSD, PS e CDS), 3 votos contra (PCP) e 2 abstenções (Presidente da Junta de Freguesia de Boidobra e BE)**. -----

Foi feita Declaração de Voto:

- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “Votámos contra a acta porque, a acta, contém um procedimento e indica que houve votação da Ordem de Trabalhos e, indica, que foi votada por unanimidade, quando esse procedimento não aconteceu nem teve lugar nesta Assembleia.”-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse:”Oh Senhor Deputado, já lhe dei a explicação. Está assumido que, a Ordem de Trabalhos, se ninguém tiver nada a opor é dado como adquirido. Isto já aqui foi referido.

--- O Senhor Prof. Reis Silva disse: “Senhor Presidente, sempre que a Ordem de Trabalhos não tiver o Período de Intervenção do Público pode dar como adquirido que nós votamos contra.” -----

INTERVENÇÕES

--- O Senhor Dr. Carlos Casteleiro fez uma Declaração Política (**doc.01**). -----

--- O Senhor Dr. Carlos Gil fez uma Declaração Política (**doc.02**). -----

--- O Senhor António Manuel Pinto disse: “É para mim, aliás, e digo isto do fundo do coração, importantíssimo estar aqui. Ser Deputado Municipal e estar convosco. Poder contribuir para a melhoria da situação e a melhoria das condições de vida das pessoas que vivem neste Concelho. Ter capacidade com todos vós, tendo, efectivamente, em conta o que nos divide ideologicamente, mas sabendo sempre convergir, quando possível, para as condições e para favorecermos esta População tão querida que é a População do nosso Concelho”.

De seguida referiu-se à alteração das regras de atribuição de Bolsas de Estudo e ao aumento das propinas que vão levar, as famílias, a situações ainda mais precárias. “Somos uma Cidade Universitária, o que é que a Câmara pretende fazer em relação a esta situação?”

Perguntou em que ponto está a situação dos Transportes Públicos, na Freguesia de Cantar Galo, que já foram objecto de um abaixo-assinado, entregue na Câmara Municipal.

--- O Senhor Prof. Joaquim Matias fez uma Declaração Política (**doc.03**). -----

--- O Senhor Enfermeiro Paulo Tourais (Ferro) Declaração Política (**doc.04**). -----

--- A Senhora Dra. Glória Ramos Declaração Política (**doc.05**). -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente um ofício, do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a informar que procedeu à execução das acções contempladas no Plano de Actividades e Orçamento, e o Mapa de Envio Obrigatório à Direcção Geral do Orçamento que ficam a fazer parte integrante da presente acta, ficando para os efeitos legais arquivados em pasta própria. -----

--- O Senhor Prof. Reis Silva (**doc.06**). -----

--- O Senhor Pedro Leitão perguntou: qual é a situação da Ponte Pedonal, se há alguma novidade, dado que a única coisa que vê são uns trabalhadores a apertar parafusos; se já há alguma solução para as lacunas existentes na rua que, faz limite entre Vila do Carvalho e Cantar Galo, dá acesso à Escola C+S; em que estado está o projecto, quem o está a projectar e quais são as expectativas para a Escola dos Penedos Altos; se já foi apurada a responsabilidade na degradação do Jardim da Degoldra; Por ultimo, saber o estado das obras em Vila do Carvalho, a fase IV da antiga Fábrica dos Fazenda e ainda o edifício anexo ao campo do Carvalhense Futebol Clube que ainda não iniciou, saber quais as razões e quais são os timing que prevê. -----

--- A Senhora D. Isilda Barata perguntou se já houve alguma démarche, junto do novo Governo, no sentido da concretização da Barragem e se há verbas. Terminou dizendo: “no que me toca continuarei, junto do Grupo Parlamentar do meu Partido, a tentar que algum dos nossos Deputados continue a fazer perguntas e a reivindicar essa obra que tanta falta nos faz”. -----

--- O Senhor Prof. José Joaquim Pinto (Boidobra) congratulou-se com o crescimento da População, na sua Freguesia. E, disse que, tendo em conta este crescimento, torna-se necessário encontrar uma forma adequada e eficaz para responder às necessidades da População. Pelo que já solicitou uma reunião com a Câmara no sentido de poderem, em conjunto, reflectir sobre todas as questões. Perguntou se é intenção da Câmara reunir com as Freguesias e fazer Protocolos, nomeadamente, com a Freguesia da Boidobra. ----

--- O Senhor Presidente da Câmara informou que:

Transportes Bairro de S. Vicente de Paulo – recebeu o abaixo-assinado e falou com a Empresa. A Empresa garantiu que ia resolver a situação;

Não tem conhecimento de qualquer alteração dos benefícios dados aos Bombeiros Voluntários. Não decidiram nada em contrário, ao que está em vigor, pelo que se mantém os mesmos benefícios;

Não é preocupante o número de pessoas incumpridoras no pagamento da água é mais recorrente nas rendas de casa;

RUDE- se encontram dentro da Lei, legitimados pelas Entidades de supervisão;

Ponte Pedonal - os trabalhos devem ser iniciados depois do Verão, com a colocação de uma rede de protecção, o aparelhamento da madeira do piso e repintura geral de algumas zonas;

Rua Vila do Carvalho / Cantar Galo - a continuação da requalificação será lançada quanto houver participação. “Este e outros projectos têm um período de expectativa que é o de esperarmos para sabermos o que este Governo quer alterar no QREN”;

Escola dos Penedos Altos - o projecto está a ser feito, mas as obras só avançam se puderem candidatá-lo;

Jardim da Degoldra – quando há alguma deficiência que pode ser imputada ao construtor, naturalmente que a farão. Está a ser feito um projecto de arborização, para aumentarem o grau de vegetação;

Barragem - tem audiências pedidas aos novos Ministros;

Juntas de Freguesia – iniciaram as visitas a partir de Setembro e nessa altura vão avaliar o que podem fazer;

Posicionamento Regional relativamente a outras Cidades – alguém desconhece que, desde 1950, o Interior do País se despovoou? Portanto, manda o mínimo de seriedade que se diga que todos nós somos vítimas de não haver uma política de desenvolvimento Regional, desde os anos 70 que foi quando se deu a grande baixa demográfica. Não há políticas Nacionais de desenvolvimento Regional. Quando olhamos para a forma como está consagrado o desenvolvimento Regional e os Fundos Comunitários a nível das estruturas dos Governos, percebemos que não há relevância atribuída ao equilíbrio do Território. Quando vimos agora um estudo que diz que a linha da Covilhã para a Guarda vai fechar, de forma estúpida. Estúpida a vários níveis porque não têm em conta o desenvolvimento Regional que é necessário e não têm em conta as razões estratégicas. Porque se a Linha da Beira Alta estiver interrompida, como já esteve há uns anos, os comboios Internacionais não chegam a Lisboa, só têm uma alternativa que é a Linha da Beira Baixa e a Linha da Guarda para a Covilhã. Quando nos Gabinetes de estudos em Lisboa se proporciona isto. Quer-se desenvolvimento Regional quando não se chega lá com as mercadorias ou se chega apenas por auto-estrada?

Põem estas Empresas com grupos de outras à volta a fazer grandes investimentos em Lisboa e o Porto e não se acautelam para poder suportar algum prejuízo mantendo estas estruturas aqui na Região. Como é que é possível o desenvolvimento? É sobre isto que nos devemos concentrar e ter permanentemente uma voz única. Não é sobre esta ligeireza de ver uma notícia de primeira página, transmitida como a transmitiram os relatórios do INE sem uma análise crítica: Oh Senhores do INE como é que é possível haver 51 mil pessoas que estão recenseadas em Castelo Branco e 51 mil e 2 na Covilhã e agora aparece esta diferença no Recenseamento? Como é que é possível vocês terem mais residentes do que presentes?

Não são factores para nos congratularmos com aqueles que perdem nem ficarmos ternamente enamorados de 200 ou 300 pessoas que sabemos como é que chegam. Saúdo o crescimento dos outros. Agora não deixo é que minimizem o que nós conquistamos, que é muito. Só termos parado o decréscimo demográfico foi uma grande vitória para a Covilhã.

Quanto à homenagem ao Senhor ex Primeiro-Ministro, o Senhor Presidente da Câmara informou que, em quase três anos, o Senhor Eng.º José Sócrates, após diversos contactos por parte da Câmara, não teve um único fim-de-semana, disponível, para se deslocar à Covilhã para receber a Medalha de Ouro.

2.2 - PROPOSTA DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DO TORTOSENDO - 3.ª FASE

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Maio de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 3, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através dos ofícios, n.º 3735 de 2011.06.01 e 4436 de 2011.07.07, e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: António Pinto (**doc.7**); Dra. Mónica Ramôa (**doc.8**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou esclarecimentos dizendo: a matéria de licenciamento urbanístico de zonas industriais demora sete anos, no nosso País. É difícil, antes de sete anos, termos uma zona industrial aprovada. Esses sete anos radicam na existência de múltiplos níveis de apreciação que não deixam escapar nada. Quando chegamos à ratificação, de um Plano destes, toda a gente se pronunciou, da ecologia, das florestas, dos sobreiros, das linhas de água, etc., etc. E, nós só podemos avançar, por isso é que demora sete anos, quando todos esses complementos são garantidos. De modo que a Câmara já teve que plantar dois ou três hectares de sobreiros, no Dominguiso e nas Cortes.

Esta ratificação, que aqui vem, é para nos permitir lançar o concurso das infra-estruturas que têm que obedecer à preservação das linhas de água e daquilo que não for desanexado.

Lamento é que este processo não seja mais repousado na responsabilização desta Assembleia (e que tenhamos que ouvir Entidades, muito longínquas, que não estão preocupadas com a existência, ou não, de solo industrial na Covilhã) para não termos que mandar para longe iniciativas.

As questões, ecológicas e da reserva agrícola, deviam ser remetidas para as Autoridades Locais. O Centro de decisão devia estar nesta Assembleia e não em Coimbra.

O desenho, que temos neste Plano, vai ser reformulado quanto à dimensão dos Lotes. Vamos deixar um conjunto de lotes entre os mil, três mil até aos dez e, depois, vamos ter uma reserva, provavelmente, de quatro ou cinco hectares, mas por mera cautela. Desenhar um Parque industrial com o entusiasmo que nós temos de que alcançaremos bons investimentos e com dimensão, não nos pode criar restrição de lotes de 2 mil metros e deve permitir-nos que, se esse investimento aparecer, o possamos localizar já com previsão no Plano. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta do Plano de Pormenor da Zona Industrial do Tortosendo - 3.ª Fase, foi a mesma aprovada por maioria com 56 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 5 abstenções (PCP e BE).** -----

Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Pedro Leitão (**doc.9**). -----

2.3 - TEATRO CINE - CONTRATO PROMESSA DE COMPRA E VENDA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 20 de Maio de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea i), do n.º 2, do artigo 53.º, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 3736 de 2011.06.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. Carlos Casteleiro referiu que este contrato é um bom negócio, uma mais-valia para o Concelho, e perguntou se já está pensada a forma de financiamento para o projecto e obras; António Pinto (**doc.10**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que estar a adquirir o Teatro é já um passo positivo. Gostava que as obras arrancassem no próximo ano, mas não pode garantir nada quanto ao financiamento. A Câmara está em condições de suportar a parte própria, mas a parte principal ainda não está garantida. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Teatro Cine - Contrato Promessa de Compra e Venda, foi a mesma aprovada por unanimidade.** -----

2.4 - CONSOLIDAÇÃO DAS CONTAS DO MUNICÍPIO – 2010

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de Junho de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no artigo 47.º, da Lei das Finanças Locais, conjugado com a alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 4132 de 2011.06.20 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Prof. Reis Silva (**doc.11**); Dr. Carlos Casteleiro (**doc.12**) e o Senhor Presidente da Câmara Municipal que prestou esclarecimentos, fazendo em simultâneo uma apresentação em PowerPoint, dizendo que estão a cumprir o perímetro de projecção de contas definido por lei e que esta consolidação é a possibilidade de terem uma visão integrada sobre a realidade de hoje e a realidade projectada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Consolidação das Contas do Município – 2010, foi a mesma aprovada por maioria, com 57 votos a favor (PSD, PS e CDS) e 4 abstenções (PCP e BE).** -----

2.5 - SOCIEDADE TERMAL DE UNHAIS DA SERRA - ISENÇÃO DE DERRAMA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 01 de Julho de 2011, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º, da Lei das Finanças Locais, conjugado com a alínea h), do n.º 2, do artigo 53.º e alínea a), do n.º 6, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, através do ofício n.º 4344 de 2011.07.01 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que justificou a apresentação da proposta, com fundamento no acordo celebrado, onde foi assumido que, qualquer pedido de isenção de impostos, derramas ou taxas municipais, seria submetido à apreciação dos órgãos competentes e, desde que legalmente admissível, teria parecer favorável. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: Dr. Carlos Casteleiro disse que apoia a medida e lembrou a possibilidade de ser alargada a outras situações que venham a ser requeridas e o Prof. Reis Silva disse que há uma obrigação assumida pela Câmara e por isso vão votar favoravelmente. -----

--- **Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – Sociedade Termal de Unhais da Serra - Isenção de Derrama, foi a mesma aprovada por unanimidade atendendo a que se trata de uma Entidade de elevado interesse público.** -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão, eram dezoito horas e cinquenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,

Coordenadora Técnica,